

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 5/2018-PGJ, DE 6 DE ABRIL DE 2018.**

Altera a Resolução nº 018/2011-PGJ, de 22 de agosto de 2011, que institui o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001239-9,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º, *caput*, da Resolução nº 018/2011-PGJ, de 22 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI – será coordenado por membro do Ministério Público de última entrância ou instância, agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e por este designado.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 6 de abril de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1251/2018-PGJ, DE 6.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a escolha da comarca, manifestada em conformidade com o § 3º do artigo 45 da referida Lei,

R E S O L V E :

Promover o Promotor de Justiça Substituto Gilberto Carlos Altheman Júnior, símbolo MP-21, para o cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância, símbolo MP-22, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Sete Quedas.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1255/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, alterada pela Portaria nº 831/2018-PGJ, de 1º.3.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias ao Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito, que seriam usufruídas no período de 11 a 30.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1257/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20.12.2015 a 6.1.2016, a serem usufruídos a partir de 18.6.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1258/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que concedeu férias ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior, que seriam usufruídas nos períodos de 28.5 a 6.6.2018 e 20 a 29.6.2018, e, ainda, o período de conversão de 7 a 16.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1256/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fernanda Proença de Azambuja	14 e 15.6.2014; e 28.5.2017	28 a 30.5.2018
Gisleine Dal Bó	30 e 31.5, 8 e 9.8.2015	16 a 19.4.2018
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	2 e 3.12.2017	9 e 10.4.2018
Marcos Martins de Brito	16 e 22.3.2014	14 e 15.6.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1259/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Anaurilândia, no dia 11.4.2018; e tornar sem efeito a Portaria nº 1161/2018-PGJ, de 2.4.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz para atuar na referida data.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1261/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados, a Promotoria de Justiça e a Supervisão constantes dos quadros a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO/PROMOTORIA	TITULAR
George Cassio Tiosso Abbud	16 a 20.4.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira
Thiago Barbosa da Silva	9 e 10.4.2018	Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza

2. Viagem

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	SUPERVISÃO/JUIZADO	TITULAR
Celso Antonio Botelho de Carvalho	17 e 18.4.2018	Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Campo Grande	Luciana do Amaral Rabelo
Daniel do Nascimento Britto	25 a 27.4.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1260/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Naviraí, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Eldorado, no dia 11.4.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1262/2018-PGJ, DE 9.4.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 19ª Zona Eleitoral, no período de 16 a 19.4.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 010/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000362-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual e a Ouvidoria/MP- Requeridos: Elizeu Gonçalves e a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na apresentação de diploma, supostamente, falso, além de possível desvio de função e descumprimento de carga horária e omissão da Administração Pública em adotar medidas administrativas cabíveis. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001727-9** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS - Assunto: Apurar cumprimento das Recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 205/2017 pelo Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000618-6** - 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ladário/MS e o município de Ladário - Assunto: Apurar notícia de possíveis irregularidades no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA de Ladário/MS, no que diz respeito à falta de eleição de nova diretoria do ente e a ausência de publicação de metas da aplicação dos recursos do respectivo fundo. **4) Inquérito Civil nº 06.2016.00000257-1** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: André Luiz Godoy Lopes - Requerida: Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização de Mato Grosso do Sul - SAD - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do atual Concurso Público da AGEPEN/MS, uma vez que para a realização do concurso foi exigido que a empresa fosse fundação sem fins lucrativos, porém no Edital constam informações que contradizem o determinado, e não foi publicado no Portal da Transparência as informações referente a forma que a instituição foi contratada. **5) Inquérito Civil nº 06.2016.00000489-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edmar Soken - Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa na nomeação de cartorário substituto. **6) Inquérito Civil nº 06.2016.00001099-3 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **7) Inquérito Civil nº 06.2015.00000354-4 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **8) Inquérito Civil nº 06.2016.00001096-0** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Augusto Rodrigues da Silva - Requerido: Município de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a existência de licença ambiental para realização das atividades de implantação de infraestrutura urbana, manejo de águas pluviais, pavimentação asfáltica, mobilidade e acessibilidade e sinalização viária do setor Imbirussu e Segredo do Complexo Mata do Jacinto. **9) Inquérito Civil nº 06.2016.00000383-7 (Sigiloso)** - ASSEP4 - Assessoria Especial do PGJ 4. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00000199-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fazenda Rancho Alegre, propriedade de João Pedro Pedrossian e outros - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa, bem como explorar espécies de árvores protegidas por lei, todas as atividades em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na fazenda Rancho Alegre, situada no município de Miranda. **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00000295-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pilão Amidos Ltda. - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pela empresa pilão amidos Ltda. **12) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000755-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eduardo Garbin Sgobi - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de maus tratos a animais, consoante o disposto no art. 32 da Lei nº 9.605/98. **13) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001432-7** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN e Manoel Machado da Silva - Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental consistente em maus tratos aos cães que integram o canil da Penitenciária Estadual de Dourados/MS. **14) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001645-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica - Requerido: Lourdes Maria Godoy - Assunto: Apurar a atividade de suinocultura em área de preservação permanente, contrariando as normas legais e os regulamentos pertinentes. **15) Inquérito Civil nº 06.2017.00000609-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agesul - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Assunto: Apurar a atual situação da Rodovia MS-395, que liga Brasilândia a cidade de Bataguassu, inclusive, se a falta de manutenção e conservação da malha asfáltica da mesma, está contribuindo para a ocorrência de acidentes. **16) Inquérito Civil nº 06.2017.00000226-4** -

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade na manutenção de funcionários públicos municipais aposentados no quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Bandeirantes/MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2017.00000385-2 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **18) Inquérito Civil nº 06.2017.00001783-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cornelis Petrus Eligius Huijsmans - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Rainha da Paz, localizado neste Município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental. **19) Inquérito Civil nº 06.2017.00000833-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Glimdas Ltda. - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Sete, de propriedade de Agropecuária Glimdas Ltda., localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. **20) Inquérito Civil nº 06.2017.00000849-1** - 2ª Promotoria de Justiça de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Estância Miranda (Agropecuária Ibitiguaia) - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da Estância Miranda, de propriedade de Ibitiguaia Agropecuária Ltda., localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. **21) Inquérito Civil nº 8/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Primavera, propriedade de Zaneth da Rosa Oliveira - Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da fazenda Primavera. **22) Inquérito Civil nº 37/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Guaicurus, propriedade de Maria José da Costa - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Guaicurus. **23) Inquérito Civil nº 5/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Palmeira, propriedade de Agostinho Dametto - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeira. **24) Inquérito Civil nº 65/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Realeza, propriedade de Aguinaldo Corrêa Lemes - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Realeza. **25) Inquérito Civil nº 62/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santo Antônio, propriedade de Ronaldo Palombo Caimar - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santo Antônio. **26) Inquérito Civil nº 48/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Palmeira, propriedade de Eulálio - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeira. **27) Inquérito Civil nº 35/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Nossa Senhora Aparecida, propriedade de Romeu César Mascarello - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Nossa Senhora Aparecida. **28) Inquérito Civil nº 34/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda São Vicente de Paula, propriedade de Luiz Antônio Pereira de Moraes e outra - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São Vicente de Paula. **29) Inquérito Civil nº 40/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Neltecla, propriedade de Nelson Reichert - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Neltecla. **30) Inquérito Civil nº 9/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Enpa Engenharia e Parceria Ltda. - Assunto: Apurar eventual degradação ambiental na Chácara Sué em razão da extração irregular de cascalho numa área de 1,39 hectares e da existência de processo erosivo na propriedade. **31) Inquérito Civil nº 25/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Perdizes, propriedade de Sandra Suely Ferreira Yenes - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Perdizes. **32) Inquérito Civil nº 60/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Planalto, propriedade de Lauro Masahar Tsuzuki - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Planalto. **33) Inquérito Civil nº 2/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades nas propriedades que margeiam o Rio Amambai, consistente em degradação ambiental. **34) Inquérito Civil nº 52/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Amambaí, propriedade de Odelso Malacarne - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Amambaí. **35) Inquérito Civil nº 4/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Álvaro Mesti - Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento de 30,8 hectares de vegetação nativa, secundária do Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração. **36) Inquérito Civil nº 61/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santo Ângelo, propriedade de Sebastião Adelino Manzini - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santo Ângelo. **37) Inquérito Civil nº 53/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio

Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Fazenda Amambai, propriedade de Maria Eva Romeiro e outros - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Amambai. **38) Inquérito Civil nº 18/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provado por prática de desmatamento para exploração ilegal de madeira, com formação de assoreamento em córrego e processos erosivos. **39) Inquérito Civil nº 45/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Rancho Pindó - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Rancho Pindó. **40) Inquérito Civil nº 11/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda São José, de propriedade de Israel Antonini - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São José. **41) Inquérito Civil nº 43/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Agropecuária Maricá Ltda. e outros - Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais nas fazendas Cascavel, Alvorada do Sul, Alvorada, Santo Antônio-Gleba A e a Cascavel. **42) Inquérito Civil nº 33/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda São Francisco (Quinhão 4), propriedade de Carlos Alberto de Lima - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São Francisco (Quinhão 4), propriedade de Carlos Alberto de Lima. **43) Inquérito Civil nº 66/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Flor do Ipê, propriedade de José Antônio Busato - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Flor do Ipê. **44) Inquérito Civil nº 15/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Fazenda Ypê, propriedade de Osvaldo Francisco de Lima e outros - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Ypê. **45) Inquérito Civil nº 22/2011** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda - Assunto: Apurar a qualidade dos produtos fornecidos pelo município de Miranda para realização de merenda nas escolas municipais das aldeias indígenas, bem como se a merenda atende às orientações nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Lei 11.947/2009). **46) Inquérito Civil nº 14/2011** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bodoquena/MS - Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no PIP 004/PJ/J/2007, a fim de sanar as irregularidades referentes ao estado das salas de aula da escola localizada no assentamento Canaã, município de Bodoquena, uma vez que existem informações de que estão em péssimo estado de conservação, inclusive estão comprometendo a segurança dos alunos e dos professores que lá frequentam. **47) Inquérito Civil nº 7/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual injuridicidade no procedimento licitatório nº 001/2015 (Tomada de Preço nº 001/2015), deflagrado no âmbito da Câmara de Vereadores de Itaporã. **48) Inquérito Civil nº 1/2016** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar e acompanhar a execução das ações de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, para prevenção e enfrentamento da Dengue, *Chikungunya* e *Zika Vírus*. **49) Inquérito Civil nº 31/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Fazenda Primavera, propriedade de Roberto Giurazatto e outros - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Primavera. **50) Inquérito Civil nº 21/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Jaguari, propriedade de Luiz Nascimbém - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Jaguari. **51) Inquérito Civil nº 63/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Vó Geni II, propriedade de Ronaldo Palombo Caimar - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Vó Geni II. **52) Inquérito Civil nº 38/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Itaiti Quinhão 02, 03 e 04, de propriedade de Ideval Calsavara Sinópolis (Projeto Rio Amambai) - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Itaiti Quinhão 02, 03 e 04. **53) Inquérito Civil nº 29/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: da Fazenda Bela Vista, propriedade de João Aurélio Damião - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Bela Vista. **54) Inquérito Civil nº 24/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Palmeiras, propriedade de Domingas Alhenir Siqueira Rocha - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeiras. **55) Inquérito Civil nº 2/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento/exploração vegetal, de árvores nativas e diversas essências para uso alternativo do solo. **56) Inquérito Civil nº 49/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santa Fé, propriedade de Orlando Nunes Siqueira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santa Fé. **57) Inquérito Civil nº 5/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Osvaldo Zamuner - Assunto: Apurar

notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento de 14,4 hectares de vegetação nativa, secundária do Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, em propriedade rural localizada no município de Amambai. **58) Inquérito Civil nº 51/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Amambaí, de propriedade de Waldir Silveira Dutra - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Amambaí. **59) Inquérito Civil nº 50/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Betel, propriedade de Gladys Gizele da Rosa Oliveira Berno - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Betel. **60) Inquérito Civil nº 59/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sítio 3 de Maio, propriedade de Walter Silveira Dutra - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do Sítio 3 de Maio. **61) Inquérito Civil nº 20/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santa Rita, propriedade de Marcos de Rezende Andrade - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santa Rita. **62) Inquérito Civil nº 32/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Santa Lídia, propriedade de José Carlos Mascarello - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santa Lídia. **63) Inquérito Civil nº 67/2012** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Palmeiras de propriedade de José Joaquim de Oliveira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeiras. **64) Inquérito Civil nº 11/2013** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades ocorridas na gestão pública no município de Douradina/MS, sobretudo na aquisição de combustível e na prática de nepotismo. **65) Inquérito Civil nº 36/2010** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Largão Fechado - Assunto: Apurar a prática de ilícitos ambientais na fazenda Largão Fechado, localizada em Miranda, em especial a extração irregular de aroeira verde sem o plano de manejo. **66) Inquérito Civil nº 86/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rancho Santa Fé, cuja possuidora é Nájila Silva Amorim - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Rancho Santa Fé, cuja possuidora é Nájila Silva Amorim, no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. **67) Inquérito Civil nº 23/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa por parte de funcionários da agência de trânsito de Terenos do Detran-MS consistente no favorecimento de usuários. **68) Inquérito Civil nº 3/2011** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente em direcionar o resultado de diversos procedimentos licitatórios às empresas Pactual Construções Ltda. e Maracajú Engenharia e Empreendimentos Ltda., durante os anos de 2008 a 2010, mediante a formulação de cláusulas restritivas à competitividade e ausência de ampla publicidade dos editais licitatórios. **69) Inquérito Civil nº 1/2011** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Controladoria-Geral da União - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades do repasse nº 0167460-86/2004 do Ministério do Turismo Implantação do Parque Aquático e Ambiental em Fátima do Sul. **70) Inquérito Civil nº 35/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pompílio Leonardo, fazenda Floresta, Afonso Moreira de Queiroz, fazenda Bela Vista - Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente da prática de degradação ambiental, a qual está gerando danos à propriedade confrontante à fazenda Floresta, a então denominada fazenda Bela Vista. **71) Inquérito Civil nº 5/REM/2009** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Laura Willemann Flor Amadeu - Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro -Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade. **72) Inquérito Civil nº 22/REM/2007** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Elisabete Tormenta Fabris Albuquerque - Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade. **73) Inquérito Civil nº 5/REM/2010** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Aparecido Giusti - Assunto: Apurar as irregularidades na conservação do solo. **74) Inquérito Civil nº 195/REM/2012** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da existência de atividades capazes de causar degradação ambiental, sem estarem devidamente licenciadas ambientalmente, em funcionamento no imóvel denominado fazenda Beira Rio. **75) Inquérito Civil nº 8/REM/2007** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pedro Alexandre - Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO,

supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade. **76) Inquérito Civil nº 13/REM/2007** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Bortolo Pizzatto - Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade. **77) Inquérito Civil nº 45/2014** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo e da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar eventual omissão do poder público, consistente na falta de drenagem da Rua Viriato Bandeira, em Coxim-MS, ocasionando alagamentos e transtornos aos moradores. **78) Inquérito Civil nº 22/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual situação de funcionamento irregular do estabelecimento comercial denominado “Costelão do Celso”, o qual estaria funcionando sem alvará e causando poluição sonora. **79) Inquérito Civil nº 3/REM/2011** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Duas Irmãs I - Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como presença de processos erosivos. Projeto Rio Laranjaí. **80) Inquérito Civil nº 4/2002** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Prefeito Municipal de Brasilândia - Assunto: Apurar veracidade de denúncia anônima de superfaturamento, pelo Município, na compra da vasta área às margens da Rodovia MS-395, neste Município e a construção parcial de um frigorífico. **81) Inquérito Civil nº 4/REM/2010** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Asa Branca - Assunto: Apurar desmatamento ilegal, bem como exploração de reserva legal como área de pastagem e destinação irregular de embalagens de agrotóxicos. Projeto Rio Laranjaí. **82) Inquérito Civil nº 43/REM/2009** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fábio Adriano Ferreira Jacintho, José Jacintho Neto e Júlio Márcio Ferreira Jacintho - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente do imóvel - Projeto Rio Ivinhema. **83) Inquérito Civil nº 3/REM/2010** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Tarumã - Assunto: Colher a adesão do proprietário ao proprietário Touro-Tarumã: Avaliação e recuperação, de autoria do grupo de estudos em proteção a biodiversidade - GEBIO, supervisionando pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade. **84) Inquérito Civil nº 10/REM/2011** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sítio Santa Rita - Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como presença de processos erosivos. Projeto Rio Laranjaí. **85) Inquérito Civil nº 11/2009** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Clube de Pesca - Assunto: Apurar as irregularidades ambientais no rancho leme, localizado no município de Anastácio. **86) Inquérito Civil nº 14/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Márcio Faustino de Queiroz, Prefeito Municipal - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa perpetrada pelo Prefeito Municipal de Bandeirantes Márcio Faustino de Queiroz, porque não teria providenciados serviços de coveiro e outras medidas necessárias para enterrar os corpos de D.V.R., e R.P.B, no cemitério municipal. **87) Inquérito Civil nº 15/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Comunitária Beneficente Terenense, Asilo São Vicente de Paula - Assunto: Apurar eventuais prestações de serviços habituais praticados em desconformidade com a legislação vigente, por pessoas físicas e servidores públicos municipais.

Campo Grande, 9 de abril de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça e
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 05/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, nos meses de maio e junho de 2018, cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
1ª PJ Dourados
2ª PJ Dourados
3ª PJ Dourados
4ª PJ Dourados
5ª PJ Dourados
6ª PJ Dourados
7ª PJ Dourados
8ª PJ Dourados
9ª PJ Dourados
10ª PJ Dourados
11ª PJ Dourados
13ª PJ Dourados
14ª PJ Dourados
15ª PJ Dourados
16ª PJ Dourados
17ª PJ Dourados
1ª PJ Itaporã
1ª PJ Rio Brilhante
2ª PJ Rio Brilhante
PJ Nova Alvorada do Sul
1ª PJ São Gabriel do Oeste
2ª PJ São Gabriel do Oeste
PJ Água Clara
PJ Ribas do Rio Pardo

O procedimento correccional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correicionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 9 de abril de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 081/2018 – XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 3 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, torna pública a opção de DESISTÊNCIA da vaga de estagiário da candidata, VANESSA DA SILVA OLIVEIRA, aprovada em 1º lugar no referido Processo de Seleção, referente ao curso de Serviço Social, Nível Pós - Graduação, e CONVOCA a 2ª candidata aprovada, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

CANDIDATA CONVOCADA - COMARCA DE CAMPO GRANDE

A candidata aprovada, na comarca de Campo Grande, deverá entregar a documentação na Secretaria de Recursos Humanos - SERH, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, no dia e horário mencionados no quadro abaixo.

SERVIÇO SOCIAL – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

Turno do Estágio: Vespertino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
13/04/2018	13h30min	ALINE DE FREITAS DA SILVA	2ª

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o <u>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (<u>exceto poupança</u>);
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;
12	Diploma em curso Nível Superior – Graduação;
13	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2017-CEAF, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 5, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: estagiariosadm@mpms.mp.br.

Caso a candidata faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a SERH, sito à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.

Campo Grande, 6 de abril de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 024/2018/PJTLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Três Lagoas, objeto do Edital nº 001/2017/PJTLS, de 09 de maio de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1502, de 11 de maio de 2017 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
RAFAEL DE OLIVEIRA LIMA	18º

Três Lagoas – MS, 06 de abril de 2018.

DANIELA ARAÚJO LIMA DA SILVA
Promotora de Justiça

ANEXO ÚNICO RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE001550 DE 05.04.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1202/2018.**

Credor: DILUZCON COMERCIAL LTDA

Ordenador de despesa: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 23/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 05/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de aparelho telefônico, teclado decádico e multifrequencial, cinco funções: teclas MUTE, MODE, FLASH, PAUSE e LND, dois níveis de campainha, compatível com centrais de PABX, com tempo de flash programado de fábrica 300ms, cor pérola ou branco. Marcas de Referência: Intelbrás, HDL Legrand e Siemens. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: INTELBRÁS (item 6), aparelho telefônico sem fio, com identificador de chamadas, com as seguintes características técnicas: frequência de alcance mínima: 1.9 Ghz; tecnologia DECT; discagem rápida para 10 números ou superior; LED no fone para sinalização; com 5 (cinco) opções de volume no mínimo; flash programável; localizador de fone; aviso sonoro e visual de “fora de alcance” e sonoro de “bateria baixa”; bateria com capacidade de duração de 96 horas em modo repouso e 9 horas em uso contínuo ou superior; identificador de chamadas; modos de discagem: pulso e tom. Funções: flash, mute, rediscar. Tensão 127 ou bivolt. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: INTELBRÁS (item 12), ventilador oscilante de parede, tipo comercial/industrial, motor ¼ HP, potência 180 a 220 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 4 (quatro) posições no mínimo ou controle eletrônico, carcaça motor em aço ou plástico, tensão: 127 ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: VENTISOL (item 9), ventilador de coluna tipo comercial/industrial, potência 150 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável com no mínimo 3 (três) posições no mínimo, carcaça do motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: VENTISOL (item 10), quadro mural em madeira aglomerada, revestido em feltro verde, moldura em alumínio, com fixador de parede, medindo 0,90m x 1,20m (AxL). Marca: CORTIARTE (item 13).

Valor: R\$6.650,50 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE001550, de 05.04.2018

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0020/2018/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2018.00000346-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde-SESAU

Assunto: Apurar a regularidade do convênio 521-A e aditivos, celebrado entre o Município de Campo Grande e ABCG-Santa Casa.

Campo Grande, MS, 06 de abril de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0022/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2018.00001019-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande- SESAU

Assunto: Apurar a qualidade dos serviços prestados pelas UNACONs de Campo Grande e possíveis falhas da Regulação Municipal no tocante aos encaminhamentos de pacientes oncológicos aos serviços existentes.

Campo Grande, MS, 09 de abril de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL Nº 004/2018/1.ªPJSGO

A 1.^a Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000856-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, em São Gabriel do Oeste/MS.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000856-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste e Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: apurar eventual existência de irregularidades na contratação de funcionários no serviço público de saúde municipal em detrimento do concurso público realizado sob a égide do Edital n. 001/2017.

São Gabriel do Oeste/MS, 26 de março de 2018.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça